

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BANESTES DTVM

EXERCÍCIO DE 2023



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

1. Resultado

No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Banestes DTVM S.A. apresentou resultado de R\$ 37,79 milhões face a um resultado de R\$ 31,19 milhões em 31 de dezembro de 2022.

2. Mercado

A Banestes DTVM S.A. possui uma visão inteiramente profissional e estratégica no ato de efetuar a gestão de ativos nos mercados de renda fixa e de renda variável. Sua atuação se dá num mercado altamente competitivo e os preceitos da boa administração financeira são inteiramente aplicados. Possui equipe especializada, qualificada e experiente.

Em dezembro de 2023 o valor da carteira de ativos geridos pela Banestes DTVM S.A., através de seus fundos de investimento, alcançou o montante de R\$ 6,8 bilhões.

Oferece um leque de serviços e produtos diferenciados, quais sejam:

Administração Fiduciária: O serviço de administração fiduciária consiste em atividades como: Constituição, administração, funcionamento e divulgação de informações dos Fundos; Elaboração de documentos relacionados aos Fundos; Supervisão das regras, procedimentos e controles da gestão de risco implementada pela sociedade; dos limites de investimento das carteiras dos Fundos e dos terceiros contratados em nome dos Fundos.

Controladoria: Os serviços de Controladoria compreendem a execução em conjunto ou separadamente das atividades que compõem a controladoria dos ativos e passivos, tesouraria, bem como a execução dos procedimentos contábeis conforme a legislação em vigor, como controle dos ativos financeiros da carteira, despesas e encargos sobre eles incidentes.

Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento: Os serviços de escrituração de ativos compreendem a escrituração de cotas dos fundos sob administração, contemplando: registro das informações relativas à titularidade dos ativos financeiros, assim como de direitos reais de fruição ou de garantia e de outros gravames incidentes sobre esses ativos financeiros; abertura e manutenção de registro por fundo; tratamento das instruções de movimentação recebidas, direta ou indiretamente, dos investidores e de atos concernentes à constituição ou extinção de gravames e ônus sobre os ativos, entre outros.

Fundo de Ações: Possui dois Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, que aplicam, no mínimo, 95% dos seus recursos em cotas do BTG Pactual Absoluto Institucional Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações e do BTG Pactual Dividendos Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações, ambos em parceria com o BTG Pactual, que acompanharam o desempenho do mercado de ações no Brasil de acordo com suas políticas de investimento.

Fundos de Renda Fixa: Possui uma família completa de fundos de Renda Fixa com o propósito de atender a necessidade de clientes no varejo, clientes institucionais, além de fundos exclusivos e restritos a determinado público. São geridos fundos classificados como Referenciado DI, Renda Fixa, Curto Prazo e de Crédito Privado. Esses fundos possuem estratégias variadas e bem definidas visando oferecer opções de investimentos diferenciadas.

Fundo Imobiliário: Em maio de 2015 a Banestes DTVM S.A., coordenou a Primeira Emissão de Cotas do Banestes Recebíveis Imobiliários Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“BCRI11”), que alcançou um total de 500.000 cotas, totalizando um montante de R\$ 50 milhões captados. Desde o início, foram realizadas 9 emissões que elevaram o Patrimônio Líquido para mais de R\$ 600 milhões. Com mais de 46 mil cotistas espalhados por todas as Unidades da Federação, o Banestes Recebíveis Imobiliários - FII tem o propósito de aplicar recursos no mercado imobiliário por meio de participação em ativos financeiros de base imobiliária.

Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa CP: Em 18 de maio de 2017 a Banestes DTVM S.A., em parceria com a RB Capital, iniciou a captação de um fundo de investimento para aquisição de crédito privado de companhias que atuam em projetos de infraestrutura. As debêntures emitidas por estas empresas contam com isenção de imposto de renda para as pessoas físicas detentoras das debêntures ou de cotas de fundos cujas políticas de investimento determinam aplicação preponderantemente nestes ativos.

Além da busca por uma rentabilidade diferenciada, o fundo tem como importante diferencial a liquidação dos pedidos de resgate em apenas 06 (seis) dias úteis, enquanto a maior parte dos concorrentes liquida em 30 dias corridos.

Banestes FUNSES FIM: Fundo constituído em outubro de 2021 para receber exclusivamente recursos do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – FUNSES, em conformidade com a Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019, e regulamentado por Decreto Estadual.

2.1. Novos Fundos de Investimento

No ano de 2023 a Banestes DTVM lançou 6 fundos de investimento com o propósito de ampliar a sua grade de produtos, a saber:

Fundo Simples: Em 03 de maio de 2023 foi lançado o primeiro fundo simples da Banestes DTVM. O fundo é destinado pessoas físicas e jurídicas que busquem facilidade e praticidade na realização de investimentos, possuindo liquidez imediata, baixo risco, atrelado ao CDI e recebendo aplicações a partir de R\$ 1,00.

Fundo Banestes Crédito Corporativo I: Fundo de investimento em cotas que investe, no mínimo, 95% de seu patrimônio no fundo BTG Pactual Crédito Corporativo I Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo, fundo da categoria de crédito privado com liquidez para resgate em D+33.

Fundo Banestes Selection: Fundo de investimento de crédito privado que tem como objetivo superar o CDI e oferecer aos seus cotistas liquidez para os resgates de apenas dois dias úteis (D+2).

Fundo Banestes IMA-B 5: Fundo composto exclusivamente por títulos públicos federais, com vencimento de até cinco anos, que tem como objetivo superar o índice IMA-B5 divulgado pela ANBIMA.

Fundo Banestes Multiestratégia: Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, da categoria de multimercado, que aplica, no mínimo, 95% dos seus recursos em cotas de fundos de investimento que envolvam vários fatores de risco, de diferentes classes de ativos, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial. É um fundo de gestão ativa com o objetivo de superar o CDI.

Fundo Banestes Explorer: Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento renda fixa que investe, no mínimo, 95% de seu patrimônio no fundo Btg Pactual Explorer Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, que adota uma estratégia ativa de negociação de juros e moeda e sem exposição de títulos de crédito privado.

3. Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

A gestão de riscos, controles internos e compliance da Banestes DTVM S.A. abrange o conjunto de políticas, normas, procedimentos, processos e padrões de conduta e cultura adotados pela empresa para alcance de seus objetivos, zelando para que todas as suas atividades realizadas estejam de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis e reduza o risco de danos, inclusive o de imagem.

A Banestes DTVM S.A. possui em sua estrutura organizacional a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, responsável pelo cumprimento dos riscos de crédito, mercado, liquidez dos fundos de investimento e operacional subordinada à Presidência, atuando de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reporte e gerenciamento totalmente segregados. A GECIR tem a função de aprimorar os controles, buscando mitigar os riscos e disseminar a cultura de controles internos e gerenciamento de riscos para toda a Sociedade, trazendo, como consequência, mais segurança aos negócios de seus clientes e da companhia.

4. Serviços prestados pelos Auditores Independentes

De acordo com a Resolução CVM nº 162, a Banestes DTVM S. A. informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual a Banestes DTVM S.A. se submete por ser sociedade de economia mista controlada indiretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no exercício de 2023.

5. Estratégias para o 1º semestre/2024

- ❖ Continuidade de implementação de melhorias de gestão, com o fortalecimento da governança, o crescimento de eficácia operacional e a elevação de performance;
- ❖ Promover adequação dos fundos de investimento oferecidos aos clientes frente à nova Resolução CVM nº 175 de 23/12/2022;
- ❖ Promover reuniões e palestras direcionadas ao público interno e externo visando à ampliação da base de clientes;
- ❖ Apoiar os treinamentos e capacitações do corpo gerencial do Banestes;
- ❖ Promover ações de marketing interno e externo para a divulgação dos produtos da Empresa;
- ❖ Realizar nova emissão de cotas do fundo imobiliário, de acordo com as condições de mercado, e buscar oportunidades que agreguem valor para o fundo e seus cotistas;
- ❖ Proporcionar um ambiente adequado para o incremento da captação de investidores de fora do Estado do Espírito Santo.
- ❖ Automatizar processos ligados à gestão e à administração de fundos de investimento.

6. Agradecimentos

A diretoria da Banestes DTVM S.A. agradece aos clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e contribuem para o crescimento e solidez da Sociedade.

BALANÇO PATRIMONIAL
 Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		83.954	27.790
Caixa e Equivalente de Caixa	4	21.077	16.571
Instrumentos Financeiros	6	62.851	10.200
Títulos e Valores Mobiliários		62.138	10.200
Outros Ativos	7	713	1.010
Rendas a Receber		404	728
Diversos		309	282
Outros Valores e Bens		26	9
Despesas Antecipadas		26	9
NÃO CIRCULANTE		61.377	49.149
Outros Ativos		1.832	1.681
Diversos	8	1.832	1.681
PERMANENTE		59.545	38.468
Investimentos em Participações em Controladas		58.597	37.682
Participação em Controlada:			
. No País	9	58.597	37.682
Imobilizado	10	533	407
Intangível	11	1.061	889
Depreciação e Amortização	10 e 11	(646)	(510)
TOTAL DO ATIVO		145.331	67.939
PASSIVO			
CIRCULANTE		28.122	13.278
Outros Passivos	12	28.122	13.278
Sociais e Estatutárias		26.483	11.959
Fiscais e Previdenciárias		1.050	741
Diversas		589	578
NÃO CIRCULANTE		118	232
Outros Passivos	12	118	232
Diversas		118	232
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	117.091	54.429
Capital Social Realizado			
. De Domiciliados no País		88.000	38.000
Reservas de Lucros		29.091	16.429
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		145.331	67.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Em milhares de reais

	Notas	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2023	2023	2022
RECEITAS FINANCEIRAS		3.147	4.325	2.934
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.147	4.325	2.934
RESULTADO BRUTO DE OPERAÇÃO FINANCEIRA		3.147	4.325	2.934
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		22.625	42.034	36.576
Receitas de Prestação de Serviços	15.a	18.049	33.666	31.568
Despesas de Pessoal		(1.104)	(2.238)	(1.724)
Outras Despesas Administrativas	15.b	(6.615)	(11.687)	(9.789)
Despesas Tributárias	15.c	(1.889)	(3.465)	(3.190)
Resultado de Participação em Controlada	9	14.190	25.594	19.704
Outras Receitas Operacionais		21	215	39
Outras Despesas Operacionais		(27)	(51)	(32)
RESULTADO OPERACIONAL		25.772	46.359	39.510
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	(33)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		25.772	46.359	39.477
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(4.630)	(8.313)	(8.001)
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes		(2.899)	(5.201)	(4.945)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes		(1.731)	(3.112)	(3.056)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(224)	(252)	(287)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		20.918	37.794	31.189
Nº de Ações		1.000.000	1.000.000	1.000.000
Lucro por Ação (R\$1,00)		20,92	37,80	31,19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Em milhares de reais

	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2023	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	20.918	37.794	31.189
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	20.918	37.794	31.189

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Capital Social	RESERVAS DE LUCROS		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31/12/2021	38.000	5.981	14.286	-	58.267
- Aumento de Capital					
- Lucro Líquido do exercício				31.189	31.189
Destinações:					
Reservas		1.560	8.889	(10.449)	-
Dividendos Complementar			(14.286)		(14.286)
Dividendos Obrigatórios (nota 14.e)				(20.740)	(20.740)
Saldos em 31/12/2022	38.000	7.541	8.889	-	54.430
Mutações do Exercício		1.560	(5.397)	-	(3.837)
- Aumento de Capital	50.000				50.000
- Lucro Líquido do exercício				37.794	37.794
Destinações:					
Reservas		1.890	10.771	(12.661)	-
Dividendos Complementar					
Dividendos Obrigatórios (nota 14.e)				(25.133)	(25.133)
Saldos em 31/12/2023	88.000	9.431	19.660	-	117.091
Mutações do Exercício	50.000	1.890	10.771	-	62.661
Saldos em 30/06/2023	38.000	8.385	13.698	-	60.083
- Aumento de Capital	50.000				50.000
- Lucro Líquido do semestre				20.918	20.918
Destinações:					
Reservas		1.046	5.962	(7.008)	-
Dividendos Obrigatórios (nota 14.e)				(13.910)	(13.910)
Saldos em 31/12/2023	88.000	7.541	8.889	-	117.091
Mutações do Semestre	50.000	1.046	5.962	-	57.008

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Em milhares de reais

	SEGUNDO SEMESTRE	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2023	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO EXERCÍCIO	4.565	10.249	11.527
Lucro Líquido do Período	20.919	37.794	31.189
Ajustes ao Lucro Líquido	(16.354)	(27.545)	(19.662)
Depreciação e Amortização	(5)	138	242
Resultado de Participação em Controlada	(14.190)	(25.594)	(19.704)
Ajuste ao Valor de Mercado/Receita de Juros - TVM - Negociação	(2.008)	(1.938)	(200)
Atualização de direitos a Longo Prazo	(151)	(151)	-
Varição de Ativos e Obrigações	(49.067)	(49.591)	(9.895)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	297	297	(323)
Aumento (Redução) em Outros Valores e Bens	29	(17)	(9)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	984	129	437
Aumento (Redução) em Títulos e Valores Mobiliários	(50.000)	(50.000)	(10.000)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(44.503)	(39.342)	1.632
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Lucros Recebidos de Controlada	-	4.680	22.441
Aquisição de Imobilizado	(305)	(305)	(8)
Aplicação no Intangível	(142)	(212)	(243)
Baixa do Intangível	-	40	237
Baixa no Imobilizado	178	178	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	269	4.381	22.427
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Bonificações Pagos	-	(10.533)	(26.697)
Aumento de Capital	50.000	50.000	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	50.000	39.467	(26.697)
Aumento (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	5.229	4.506	(2.638)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	15.548	16.571	19.209
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	21.077	21.077	16.571

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banco”) e atua na intermediação e distribuição de títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos, além de gestão de ativos nos mercados de renda fixa e variável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento à Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Banestes DTVM elaborou o plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na norma, que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, Colegiado de Diretoria e Conselho de Administração de seu Acionista Único, e é mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

Considerando a complexidade do tema, o plano de implementação foi elaborado com apoio de consultoria especializada, por meio de levantamento com base em metodologia para avaliação sistemática de gaps e identificação de processos e sistemas impactados pela norma, com acompanhamento de Grupo de Trabalho multidisciplinar composto por membros da instituição.

A execução do plano deve ocorrer de forma que em 01/01/2025 a instituição seja capaz de cumprir a regulamentação.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Desde o ano de 2008, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Entretanto, tais pronunciamentos só podem ser aplicados após aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são: Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1); Resolução nº 4.720/2019 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2); Resolução nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1); Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1); Resolução nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis - Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 - R2); Resolução nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 - R2); Resolução nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1); Resolução nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado (CPC 27); Resolução nº 4.748/2019 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46); e Resolução nº 4.818/2020 - Resultado por Ação (CPC 41).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Estas demonstrações financeiras não apresentam os investimentos de forma consolidada. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas integrantes do conglomerado Banestes S.A., que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidas.
- b) **Caixa e equivalente de caixa** - São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração contratada.
- d) **Valor justo dos instrumentos financeiros** - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31/12/2023 a Banestes DTVM não possuía instrumentos financeiros classificados nos níveis II e III.

- e) **Investimentos** - O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (nota 9).
- f) **Imobilizado de uso** - É registrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil estimada dos bens.
- g) **Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos. Está composto basicamente por *softwares* e é amortizado pelo método linear ao longo de sua vida útil ou de acordo com prazos contratuais.
- h) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823, do Conselho Monetário Nacional.

Os ativos e passivos contingentes referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- i) **Tributos** - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo (nota 13).

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social - Instituições Financeiras	15%
COFINS	4%
PIS	0,65%
ISS	5%

- j) Valor de recuperação de ativos - impairment** - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não existiram indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.
- k) Estimativas contábeis** - As demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil permitem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem o valor de realização dos ativos, as provisões para causas judiciais, dentre outros.
- l) Moeda funcional** - A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$).
- m) Resultados recorrentes / não recorrentes** - A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que, devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2023 não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	5	2.212
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	21.072	14.359
Total	21.077	16.571

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representadas por operações compromissadas com o Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo. As operações compromissadas estão lastreadas em títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro) com compromisso de recompra. As transações com o Controlador estão apresentadas na nota 16.

a. Valor justo por níveis

	Valor contábil	Valor justo Nível 1
Aplicações no mercado aberto	21.072	21.072

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação da carteira por categoria

	31/12/2023	31/12/2022
Título Disponível para Venda		
Cotas de Fundos de Investimento (*)	62.138	10.200
Total	62.138	10.200

(*) Conforme a Circular nº 3.068/2001, a classificação de prazo das cotas é a sem vencimento. O valor justo do instrumento financeiro foi classificado como nível 1 da hierarquia de valor justo.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas com aplicações em Fundos de Investimento	2.929	200
Total	2.929	200

7. OUTROS ATIVOS - CIRCULANTE

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas a receber ⁽¹⁾	404	728
Diversos		
Adiantamentos e participações salariais	33	35
Impostos e contribuições a compensar	17	-
Pagamentos a ressarcir	259	247
Total	713	1.010

(1) Trata-se de rendas a receber oriundas de serviço prestado pela Sociedade de gestão e distribuição de fundos de investimento e custódia.

8. OUTROS ATIVOS - NÃO CIRCULANTE

	31/12/2023	31/12/2022
Finsocial a compensar ⁽¹⁾	1.583	1.432
PIS a compensar ⁽²⁾	249	249
Total	1832	1.681

(1) Trata-se de valores gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovidas pelas Leis n.º 7.787/1989 (art.7º), n.º 7.849/1989 (art.1º) e n.º 8.147/1990 (art.1º), cujo processo no mérito transitou em julgado, e atualmente discute-se judicialmente o valor do crédito para fins de emissão do precatório.

(2) Trata-se de valores gerados oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.ºs 2.445/1988 e 2.449/1988 foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/1970 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 18/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ para o procedimento da compensação. Assim, com base na sentença que transitou em julgado, a Sociedade procedeu à compensação até o limite do crédito reconhecido pela Secretaria da Receita Federal e atualmente discute a diferença do crédito habilitado e ainda não reconhecido pela mesma.

9. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA NO PAÍS

A Sociedade participa do capital social da Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. e detém 16.999.830 quotas (16.999.830 quotas em 2022).

Principais dados relativos à Sociedade controlada:

Capital realizado atualizado	
31 de dezembro de 2023	17.000
31 de dezembro de 2022	17.000
Patrimônio líquido no início do período	
31 de dezembro de 2023	58.597
31 de dezembro de 2022	40.420
Percentual de participação	
31 de dezembro de 2023	99,999
31 de dezembro de 2022	99,999

Lucro líquido do exercício	
31 de dezembro de 2023	25.594
31 de dezembro de 2022	19.704
Receita de equivalência patrimonial	
31 de dezembro de 2023	25.594
31 de dezembro de 2022	19.704
Lucros recebidos de controlada	
31 de dezembro de 2023	4.680
31 de dezembro de 2022	22.441
Patrimônio líquido ajustado	
31 de dezembro de 2023	58.597
31 de dezembro de 2022	37.682
Valor contábil do investimento	
31 de dezembro de 2023	58.597
31 de dezembro de 2022	37.682

10. IMOBILIZADO

Imobilizado de Uso	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de comunicação e segurança	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 1º de janeiro	110	77	102	118	407
Aquisições		3	239	63	305
Alienações/Baixas	-	(19)	(47)	(113)	(179)
Saldo em 31/12/2023	110	61	293	68	533
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro	(27)	(77)	(70)	(118)	(292)
Depreciação no período	(23)	-	(34)	(2)	(59)
Alienações/Baixas		19	47	112	178
Saldo em 31/12/2023	(50)	(58)	(57)	(8)	(173)
Resultado Líquido em 31/12/2023	60	3	237	60	360
Resultado Líquido em 31/12/2022	83	-	32	-	115

11. INTANGÍVEL

	Licenças e direitos autorais de uso	Sistema de Processamentos de dados	Total
Custo de Aquisição			
Saldo em 1º de janeiro	856	33	889
Aquisições	211	-	212
Alienações / Baixas	(39)	-	(39)
Saldo em 31/12/2023	1028	33	1.068
Amortização			
Saldo em 1º de janeiro	(216)	(1)	(217)
Amortização do período	(248)	(8)	(256)
Saldo em 31/12/2023	(464)	(9)	(473)
Resultado Líquido em 31/12/2023	564	24	588
Resultado Líquido em 31/12/2022	640	32	672

12. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Sociais e estatutárias ⁽¹⁾	26.482	11.959
Fiscais e previdenciárias	1.051	741
Diversas ⁽²⁾	589	578
Não Circulante		
Diversas	118	232
Total	28.240	13.510

(1) Refere-se a dividendos e participação sobre o lucro a pagar.

(2) Decorrem basicamente de outros valores a pagar e honorários de advogados.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação e participação	46.359	46.359	39.477	39.477
Adições/ (exclusões) de caráter permanente	(25.459)	(25.615)	(19.602)	(19.693)
Lucro tributável antes das compensações	20.900	20.744	19.875	19.784
Base de cálculo após compensações	20.900	20.744	19.875	19.784
Alíquota normal ^(*)	3.135	3.112	2.981	3.056
Adicional de imposto de renda (10%)	2.066	-	1.963	-
Despesa de IR e CSLL	5.201	3.112	4.944	3.056

(*) A partir de agosto de 2022 a alíquota da CSLL foi majorada em 1%, passando de 15% para 16%, conforme MP nº 1.115/2022, convertida na Lei nº 14.446/2022.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social realizado

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100% pertencem ao BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo.

b) Aumento de capital

Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/09/2023 o aumento de Capital Social, pelo acionista único, Banestes S.A na importância de R\$ 50.000 mil perfazendo uma subscrição de 832.086,20 ações. O pleito está sob análise do órgão regulador – Banco Central do Brasil – BACEN.

c) Reserva legal

Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída com a finalidade de aumento de capital sendo que, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social.

e) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos calculados com base no percentual de 70% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/1976, e estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	37.794	31.189
Reserva legal	(1.890)	(1.560)
Base de cálculo para dividendos	35.905	29.629
Dividendos intermediários 1º semestre	11.223	10.207
Dividendos obrigatórios complementares	13.910	10.533
Total de dividendos (*)	25.133	20.740

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Receita de prestação de serviços

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de gestão e administração de fundos/rebate taxa administração (1)	33.666	31.568
Total	33.666	31.568

(1) A Sociedade é responsável pela administração e gestão dos Fundos de Investimentos. O patrimônio líquido dessas instituições, totalizavam em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 7.220.521 (R\$ 9.292.306 em 31 de dezembro de 2022).

b. Outras despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros (1)	7.926	6.793
Acordo de cooperação técnica (nota 16.a)	1.465	1.148
Aluguéis	269	171
Processamento de dados	687	497
Serviços técnicos especializados	425	393
Comunicações	149	97
Publicações	41	30
Serviços do sistema financeiro	49	44
Manutenção e conservação de bens	56	51
Água, energia e gás	64	45
Viagem no país	39	7
Depreciação/Amortização	315	242
Outras	202	271
Total	11.687	9.789

(1) Há cessão de pessoal pelo Banestes S.A. no valor de R\$ 7.813 (em 2023) e R\$ 6.767 (em 2022), reembolsado ao custo. A folha de pagamento dos funcionários cedidos é processada pelo Banco e ressarcida mensalmente pela Sociedade de todos os custos.

c. Despesas tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos s/ serviços de qualquer natureza - ISS	1.683	1.579
Contribuição a COFINS	1.527	1.380
Contribuição ao PIS	248	224
IPTU	7	7
Total	3.465	3.190

16. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a. Transações da Sociedade com o controlador:

Durante os períodos destacados abaixo foram efetuadas transações com o controlador em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim ser resumidas:

Transação	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Disponibilidades	5	-	2.212	-
Aplicações em operações compromissadas	21.072	4.325	14.359	2.734
Dividendos	(25.133)	-	(20.740)	-
Acordo de Cooperação Técnica ⁽¹⁾	-	(1.465)	-	(1.148)

⁽¹⁾ Acordo de cooperação técnica, firmado entre o Banco e suas controladas para a utilização do espaço físico das unidades de atendimento, dos recursos de informática e telecomunicações, da infraestrutura administrativa e de pessoal.

b. Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. Os honorários da diretoria totalizam no exercício de 2023 o montante de R\$ 1.536 (R\$ 1.426 no exercício de 2022).

I - Participação acionária:

Os membros da diretoria não possuem participação acionária na Sociedade.

17. GESTÃO DE RISCO

A Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura organizacional, a Gerência de Controles Internos e Riscos - GECIR, subordinada à Presidência. A área é responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, subordinada e atua de forma autônoma e independente das áreas de negócios que atende, com reportes e gerenciamento totalmente segregados.

A Instituição possui políticas internas de gestão de riscos, compatíveis com a natureza e a complexidade de suas operações, produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, visando assegurar:

- níveis adequados de exposição a riscos;
- a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo;
- acompanhamento da evolução dos negócios considerando os níveis de riscos associados; e
- a cultura de gerenciamento de riscos disseminada em toda a Sociedade.

Em suas políticas são estabelecidas diretrizes, atribuições e responsabilidades, que visam mitigar a ocorrência de falhas operacionais, que exponham a sociedade a prejuízos diretos e indiretos. A GECIR trabalha constantemente no aprimoramento do processo de gestão de riscos, atuando na disseminação da cultura de controles internos e gerenciamento de riscos, acompanhando a evolução dos negócios, levando em consideração as exposições e os níveis de riscos a eles associados.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Passivos Contingentes Classificados como Chances de Êxitos e Riscos de Perdas Possíveis

A DTVM mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes avaliados como chances de êxitos e riscos de perdas possível, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, Resolução n.º 696 (demissão incentivada), supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. A Sociedade não apresenta processos trabalhistas com risco de perda possível.

Processos Cíveis - A Sociedade não apresenta processos cíveis com risco de perda possível.

Processos Tributários - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo perfazem um montante de R\$ 249, referentes a questionamentos administrativos de cunho tributário."

19. OUTROS ASSUNTOS

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em 23 de dezembro de 2022 a Resolução CVM nº 175, que estabelece um novo arcabouço regulatório para os fundos de investimento. A norma substitui a Instrução CVM 555, bem como outros normativos, reduzindo assim o espaço para divergências de interpretação e aumentando a segurança jurídica. Os fundos de investimento em funcionamento antes da entrada em vigor da Resolução 175 são considerados estoque, tendo como data limite para adaptação 31 de dezembro de 2024. A Administração vem realizando estudos dos impactos, bem como as adaptações necessárias para o total cumprimento da norma. Informamos que, até o momento, não há impactos da resolução 175, pois os fundos estão enquadrados como estoque.

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 26 de fevereiro de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas demonstrações.

Órgãos da Administração em 26 de fevereiro de 2024.

DIRETORIA

Tasso de Macedo Lugon (Presidente)
Marcos Amaral Vargas
Fábio Roberto de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Carla Fernanda de Paula Silva
Celso dos Santos Junior
Charles Dias de Almeida

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC - ES 020893/0-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

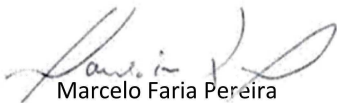
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado o Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas ao Exercício de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

Somos favoráveis à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 26 de fevereiro de 2024.

Charles Dias de Almeida
Conselheiro Efetivo

Celso dos Santos Junior
Conselheiro Efetivo

Carla Fernanda de Paula Silva
Conselheiro Efetivo